

Escola Estadual E. F. M. Félix Araújo

Aluno(a): _____ Nº _____
Série: _____ Turma: _____ Turno: _____
Data: ____/____/____

CONFLITOS ENTRE JUDEUS E ÁRABES

O povo judeu é originário do Oriente Médio, onde se localizam os lugares sagrados de sua religião. Em 135 d.C. o imperador romano Adriano expulsou os judeus da Palestina, que se espalharam por todo o mundo, numa grande dispersão conhecida como Diáspora, atingindo a Europa. Após longa ocupação romana, no século VII a Palestina foi ocupada por árabes, que ficaram conhecidos como palestinos por habitarem esse território.

O início dos conflitos e a divisão da Palestina

A criação de um Estado israelense era ideia de um movimento judeu denominado sionismo, que desde o final do século XIX, luta pela reunificação do povo judeu na terra chamada Canaã nos tempos bíblicos. Esse movimento incentivou a migração de judeus de diversas partes do mundo para a Palestina. A partir de então, começou a imigração judaica para esse território, sob o controle britânico. Com a ascensão do nazismo na Alemanha, na década de 1930, intensificou-se a saída de judeus da Europa. Percebendo o enfraquecimento de sua dominação nessa área e a intensa rivalidade entre esses povos, em 1936 os britânicos propuseram um plano para a divisão da Palestina em três partes, que foi recusado pelos interessados.

Entre 1947 e 1948, o mundo acabava de sair da Segunda Guerra Mundial e as potências européias, entre as quais o Reino Unido, estava perdendo seu poderio, com a independência de suas colônias na Ásia e na África. Como uma das grandes vítimas da guerra e do nazismo havia sido o povo judeu, a opinião pública internacional era amplamente favorável à criação de uma pátria para esse povo, que vivia – e ainda vive, em parte – espalhado por inúmeros países, especialmente nos Estados Unidos e na França.

**PARTILHA DA PALESTINA
PROPOSTA PELA ONU (1947)**



Assim, o Estado de Israel foi criado em 1948, quando a ONU, recém-constituída na época, estabeleceu um plano para a divisão da Palestina em três partes: um Estado judeu, um Estado árabe e uma cidade – Jerusalém –, que, por seu significado religioso, deveria ser internacionalizada e ficar sob o controle da ONU.

Os países árabes vizinhos, especialmente Egito, Síria e Jordânia, não aceitaram a criação de Israel e, em 1948/1949, atacaram o Estado judeu com o objetivo de destruí-lo. Israel venceu essa guerra e ampliou seu território, apropriando-se de um trecho do que seria o Estado da Palestina.

O grande problema que fez intensificar os conflitos entre judeus e palestinos é que a criação de Israel "não ocorreu de forma prevista pela ONU", uma vez que o governo israelense acabou expandindo o seu território através de conquistas militares, ocupando toda a Palestina, que acabaram ficando sem território. Com isso, os conflitos militares, já comuns entre judeus e árabes, passaram a ser mais frequentes e violentos, e os palestinos, expulsos de suas terras, acabaram ficando sem território.

A Guerra de Suez

A Guerra do Suez, também conhecida como Segunda Guerra Israel-Árabe ou Crise de Suez, teve início em outubro de 1956, quando Israel, com o apoio de França e Inglaterra, que utilizavam o canal para ter acesso ao comércio oriental, declarou guerra ao Egito, que numa atitude de combate ao colonialismo anglo-francês nacionalizou o canal de

Suez e fechou o porto de Eilat, o que ameaçava os projetos judeus de irrigação do deserto de Neguev e cortava o seu único contato com o mar Vermelho no golfo de Ácaba. Em contrapartida, Israel conquistou a península do Sinai e controlou o Golfo de Ácaba, reabrindo o porto de Eilat.

No desenrolar do conflito, os egípcios foram derrotados, mas os Estados Unidos e a União Soviética interferiram, e em 1959 obrigaram os três países – Israel, França e Inglaterra – a retirarem-se dos territórios ocupados sob a supervisão das tropas da ONU.

A Guerra dos Seis Dias

Em 1967, ocorreu outro conflito, em que Israel, apoiado pelos Estados Unidos, ataca a Síria, o Egito e a Jordânia, que tinham feito uma aliança militar apoiada pela ex-União Soviética. Foi a Guerra dos Seis Dias, isso porque durou menos de uma semana, vencida por Israel, que enviou suas tropas para fulminar as posições militares daqueles três países. O resultado foi a anexação ao território de Israel da Península do Sinai, até então sob o domínio do Egito, além da região das Colinas do Golã, sob o domínio da Síria, e a Cisjordânia, até então sob o domínio da Jordânia. Além disso, Jerusalém passou a ser totalmente controlada por Israel, que transformou em sua capital.



A Guerra dos Seis Dias foi uma grande derrota para os Estados Árabes. Eles perderam mais de metade do seu equipamento militar, e a Força Aérea da Jordânia foi completamente destruída. Os Árabes sofreram 18.000 baixas. Em contraste os israelenses perderam 766 soldados.

A Guerra do Yom Kippur

Os desdobramentos da Guerra dos Seis Dias agravaram a tensão entre Israel e os Estados árabes. Por terem sido derrotados, esses últimos perderam

vastos territórios; assim, uma nova guerra eclodiria em 1973. Nesse conflito, árabes e judeus protagonizaram mais um conflito armado em grandes proporções. Foi a Guerra de Yom Kippur ou Guerra do Perdão. Aproveitando as comemorações de feriado religioso judaico, os egípcios e os sírios atacaram Israel de forma surpresa, com o objetivo de reconquistar seus territórios ocupados pelos israelenses durante a Guerra dos Seis Dias. O resultado, porém, continuou favorecendo Israel, que, além de manter os territórios ocupados em 1967, atacou violentamente os Estados árabes: as tropas do Egito foram cercadas no Sinai, e o massacre dos árabes só foi evitado pela interferência direta dos Estados Unidos e da antiga União Soviética, que bloquearam a ação militar na região.

Uma das conseqüências desta guerra foi a Crise do petróleo, já que os estados árabes (membros da OPEP - Organização dos Países Exportadores de Petróleo) decidiram parar a exportação deste produto para os Estados Unidos da América e para os países europeus que apoiavam a sobrevivência de Israel. O mapa abaixo mostra como se encontra a divisão entre Judeus e Árabes.



Criação da OLP e sua substituição pela ANP

Os palestinos têm lutado pela criação de um Estado para obrigá-los, caracterizando a chamada questão palestina. A principal entidade nessa luta foi a Organização para Libertação da Palestina (OLP), criada em 1964.

A OLP assumiria a feição que a tornou mundialmente conhecida somente quando foi aprovada pelos guerreiros da Al-Fatah ("a vitória", em árabe). Esta organização militar foi fundada no final dos anos de 1950 por Yasser Arafat e outros militares refugiados no Kuwait. Seu objetivo fundamental era a criação do Estado Palestino, e a luta armada, segundo eles, seria a única forma de alcançá-lo.

Recebendo maciça ajuda financeira dos países árabes, a OLP transformou-se numa poderosa organização. Com o tempo, passou a ter estrutura semelhante à de um Estado, faltando-lhe apenas uma base territorial. Assim como a Al-Fatah, a OLP lutava contra a existência do Estado de Israel, seus membros propunham uma luta incansável pela reconquista total de Jerusalém e de toda a Palestina, desenvolvendo práticas terroristas, patrocinando atentados em locais públicos de Israel ou em qualquer lugar do mundo que tivesse alguma concentração de judeus.

Com o tempo, porém, a OLP foi se transformando numa grande organização que cuidava dos assuntos palestinos no exílio, e seu líder político, Arafat, foi ocupando espaço como principal interlocutor para um acordo de paz.

Eleito em 1996 com 88% dos votos, Yasser Arafat passou a ser o primeiro presidente da chamada Autoridade Palestina. As eleições serviram como base da fundação do Estado independente palestino. No segundo semestre de 2004 o representante da Autoridade Palestina, Yasser Arafat, veio a falecer. Seu sucessor, Mahmoud Abbas (Abu Mazen), foi eleito com mais de 60% dos votos no início do mês de janeiro de 2005, cabendo a este novo representante o papel de ser o pacificador deste tão grave conflito entre judeus e árabes.

Em 1995, o primeiro-ministro de Israel, Yitzhak Rabin, e o presidente da OLP, Arafat, assinaram um documento estabelecendo os princípios de transferência da Faixa de Gaza e de parte do território da Cisjordânia para que os palestinos formassem o seu próprio Estado.

Desde então, a OLP cedeu lugar à Autoridade Nacional Palestina (ANP), que seria responsável pelo controle político do novo Estado.

Entretanto, o histórico acordo de Oslo não foi suficiente para trazer a paz à região. Um de seus signatários, o primeiro-ministro Yitzhak Rabin, foi assassinado em 1995 por um extremista judeu que não admitia a paz com os palestinos. O atentado ocorreu logo após uma manifestação pela paz, em Telaviv, na qual, dirigindo-se a 100 mil pessoas, Rabin condenou a violência, afirmando que ela é o principal fator de ameaça às bases da democracia em Israel, e apelou aos palestinos e judeus radicais que aceitassem a parceria entre Israel e a OLP para a confirmação da paz. Foi seu último discurso.

Os acordos de Camp David e Oslo/Washington



Em 1979, Israel neutralizou seu mais poderoso inimigo árabe - Egito - ao concordar em devolver-lhe a península do Sinai, em troca de paz. O acordo, assinado pelos representantes dos dois países em Camp David,

marcou, pela primeira vez, o reconhecimento de Israel por um Estado árabe. Serviu também para quebrar a coalizão que até então tinha lutado contra os israelenses.

Em setembro de 1993, em Washington, depois de negociações secretas entre palestinos e israelenses realizadas em Oslo durante alguns meses, com o apoio diplomático da Noruega, ocorreu oficialmente o reconhecimento mútuo entre a OLP – como representante dos palestinos – e Israel mediados pelo então presidente dos Estados Unidos da América, Bill Clinton. Os representantes dos palestinos e dos israelenses assinaram acordos que se comprometiam a unir esforços para a realização da paz entre os dois povos. Estes acordos previam o término dos conflitos, a abertura das negociações sobre os territórios ocupados, a retirada de Israel do sul do Líbano e a questão do status de Jerusalém.

A Intifada



Intifada é um termo que pode ser traduzido como "levante", é utilizado para designar um movimento da população civil surgido contra a presença israelense nos territórios concludados pelos palestinos. O termo surgiu após o levante espontâneo que rebentou a partir de 1987, com a população civil palestina atirando paus e pedras contra os militares israelenses e praticando atentados contra a população civil. Este levante seria conhecido mais tarde como "Primeira Intifada".

A "Segunda Intifada", também conhecida como a intifada de Al-Aqsa teve início em setembro de 2000, após Ariel Sharon ter caminhado nas cercanias da mesquita de Al-Aqsa, considerada sagrada pelos muçulmanos e parte do Monte do Templo, área sagrada também para os judeus.

Radicalismo duplo

Existem grupos radicais de ambos os lados que não concordam em assinar acordos de paz com o "inimigo". Só aceitam a idéia de que um Estado palestino não convive com um Estado judeu e vice-versa.



Do lado árabe, os grupos mais ativos são o Hezbollah (Partido de Deus), o Jihad, o Fatah e o Hamas, que não aceita a representação da ANP e os acordos de paz com Israel. Ultimamente essas organizações têm usado homens e mulheres-bomba - jovens fanáticos dispostos a morrer pela causa palestina - em seus atentados a alvos israelenses.

Essa atitude, que pode parecer fanatismo religioso para as demais crenças, é encarada por alguns grupos radicais islâmicos como parte da jihad (guerra santa).

Do lado de Israel, destacam-se o Kach, o Yesha e o Eyal, grupo extremista jovem, suposto responsável pelo assassinato do primeiro-ministro israelense Yitzhak Rabin em 1995.

A vida na Faixa de Gaza nunca foi fácil para os palestinos, envolvidos num grave conflito desde a proclamação de Estado de Israel. O local é pobre, superpovoado e com infra-estrutura muito precária. Dificilmente, porém, seus habitantes poderiam imaginar que viriam cenas de guerra como as de 2007, protagonizadas pelos dois principais grupos palestinos: o Fatah e o Hamas.

Na disputa pelo controle do território entre essas organizações, houve fuzilamento na rua, exibição de corpos mutilados e invasão de prédios ocupados pelo grupo adversário. Ao final da luta, o Hamas passou a controlar a Faixa de Gaza, expulsando o Fatah, que se concentra agora na Cisjordânia. Na base do conflito estão diferentes formas de agir diante do Estado de Israel. O Fatah quer negociar uma maneira de convivência com os israelenses, idéia rejeitada pelo Hamas, que defende o fim de Israel.

Recentemente, outro acontecimento foi o estopim do conflito: a vitória do Hamas, por ampla vantagem, nas eleições parlamentares da ANP, no início de 2006, que travou todas as negociações de paz desde então. O Fatah, organização que durante quatro décadas dirigiu o movimento dos palestinos, sofreu uma inesperada derrota.

A diferença entre os dois grupos é grande. O Fatah, criado por Arafat, em 1959, é um movimento de caráter nacionalista e laico (não-religioso), que há cerca de 15 anos abandonou suas antigas posições radicais, como a luta armada contra Israel. O Hamas, surgido em 1987, é um movimento fundamentalista islâmico, que pretende implantar um Estado islâmico

em todo o território da Palestina histórica, ou seja, do Mar Mediterrâneo ao Rio Jordão.

A divisão dos palestinos em duas regiões distintas, apontam para uma situação em que a Cisjordânia, com Abbas e o Fatah à frente, passará a receber a ajuda internacional que havia sido interrompida com a vitória do Hamas. Isolada, a Faixa de Gaza, que é bem mais pobre e não tem grande atividade econômica, poderá afundar ainda mais.

O "muro de proteção"

Em julho de 2002, os israelenses começaram a construir, entre Israel e Cisjordânia, um "muro de proteção" destinado a impedir ataques palestinos. A construção do "muro de proteção" foi requisitada pela direita e pela esquerda israelenses, após a onda de atentados suicidas que atingiu Israel desde o início da segunda Intifada (revolta palestina contra a ocupação israelense), no fim de 2000.



A ideia de construir um muro surgiu após o fracasso da Conferência de Camp David sobre o conflito israelense-palestino, em julho de 2000. A construção suscitou, desde o início, tensões políticas internas e muitas críticas palestinas e da comunidade internacional.

Para a esquerda israelense, a barreira deve respeitar o mais fielmente possível o traçado da "linha verde" entre Israel e Cisjordânia - limite imposto por Israel após a Guerra dos Seis Dias. Já a direita, encabeçada pelo primeiro-ministro israelense, Ariel Sharon, quer que a divisão agrupe o maior número possível de colônias judaicas nos territórios palestinos.

Com extensão prevista de 350 Km, o "muro de proteção" deve cobrir de norte a sul a "linha verde" e englobar também o setor oriental de Jerusalém, anexado por Israel desde 1967, e onde os palestinos pretendem construir um dia a capital de seu Estado.

Análise final

Os palestinos esperam proclamar num futuro próximo um Estado próprio ocupando esses territórios e com capital em Jerusalém Oriental, habitada majoritariamente por árabes palestinos. Mas as

negociações têm sido difíceis e os dois lados não chegaram a um acordo. Além disso, devido à fragmentação territorial, o futuro Estado Palestino corre o risco de vir a ser difícil de ser administrado e extremamente dependente de Israel.

Diante desta análise entendemos que a grande expansão israelense e seu conseqüente desenvolvimento foi financiado pelos EUA. Poderíamos fortalecer esta tese nos fundamentando na omissão da ONU em não intervir na expansão territorial israelense sobre o território palestino, já que sendo o órgão responsável em promover a paz no mundo não poderia ficar omissa a essa situação.